

Crescimento Econômico e Pobreza nos Municípios Cearenses

Economic Growth and poverty in the municipalities of the state of Ceará

Lilian Lopes RIBEIRO [1](#); Thaisa França BADAGNAN [2](#); Jair Andrade de ARAÚJO [3](#)

Recebido: 28/09/2017 • Aprovado: 21/10/2017

Conteúdo

- [1. Introdução](#)
 - [2. Metodologia da Curva de Crescimento-Pobreza](#)
 - [3. Resultados da Estimção da Curva de Crescimento-Pobreza](#)
 - [4. Considerações Finais](#)
- [Referências bibliográficas](#)

RESUMO:

Objetivou-se verificar se o crescimento econômico nos municípios do estado do Ceará no Brasil, tem sido pró-pobre nos meios urbano e rural. Ou seja, se a renda dos pobres tem apresentado uma elevação superior ao verificado pela renda dos não pobres, resultando numa redução da desigualdade de renda. Deste modo, foram calculadas as curvas de crescimento-pobreza propostas por Son (2004). Constatou-se que apesar da maioria das áreas urbanas apresentar crescimento pró-pobre, há pouca evidência de tal crescimento para as áreas rurais.

Palavras-Chave: Crescimento pró-pobre. Pobreza. Desigualdade

ABSTRACT:

The objective was to verify if the economic growth in the municipalities of the state of Ceará in Brazil, has been pro-poor in urban and rural environments. That is, if the income of the poor has been higher than that of the non-poor, resulting in a reduction in income inequality. In this way, the growth-poverty curves proposed by Son (2004) were calculated. It was found that although most urban areas show pro-poor growth, there is little evidence of such growth for rural areas.

Keywords: pro-poor growth, poverty and inequality

1. Introdução

No período de 2001 a 2011, o Ceará reduziu em 54,6% a quantidade de pessoas em extrema pobreza no estado, pouco menos que redução no Brasil, de 57,6%. Porém, em 2011, o Brasil tinha 4,8% de pessoas na extrema pobreza, enquanto no Ceará esse valor era de 10,1%, conforme ressalta Ribeiro *et al* (2015). Um número muito alto comparado ao Brasil. O nível de pobreza no Ceará é bem parecido com os dados do Nordeste. Portanto, é de extrema importância estudos para analisar a pobreza e tentar reduzir cada vez mais esse nível.

A pobreza pode ser entendida como uma situação de carência de condições para satisfazer as necessidades básicas, capazes de permitir ao indivíduo ou à sua família recursos para supri-las. Por ser um fenômeno complexo de significados multivariados para pessoas, instituições ou países, faz-se necessário identificar a pobreza através de indicadores de renda, saúde, habitação, educação, entre outros (HOLANDA, 2006).

O conceito de pobreza pode ser entendido ainda por meio de outra abordagem que deduz que os pobres são aquelas pessoas que não dispõem de meios para atender às suas necessidades básicas, por não possuírem renda e/ou patrimônio suficiente para o acesso aos bens e serviços adequados (HOLANDA, 2006).

Kuznets (1955), um dos pioneiros a analisar a relação "U" invertido entre desigualdade de renda e crescimento econômico, analisou essa relação e concluiu que uma possível solução para a redução da desigualdade seria a utilização de uma política de desenvolvimento, visando inicialmente promover o crescimento econômico, pois este promoveria a redução da desigualdade.

Nasser (2000) comentou que um dos entraves da economia nacional no seu processo de desenvolvimento é o alto grau de desigualdade. Kakwani e Pernia (2000) e White e Anderson (2000) concordam que o crescimento econômico beneficia os mais pobres quando a renda média dos mais pobres cresce à taxa mais elevada do que os não pobres, ou da renda média. Desta forma, a redução da desigualdade de renda levaria à redução da pobreza.

Outra corrente, com destaque para Ravallion e Chen (2003), contudo, considera que o crescimento favorece os mais pobres à medida que reduz a pobreza, beneficiando os mais pobres e aumentando o acesso às oportunidades.

Kakwani, Khander e Son (2004) argumentam que para analisar se o crescimento econômico favorece os mais pobres

tem-se que considerar três elementos: crescimento, pobreza e desigualdade.

Segundo Barreto (2005) uma queda no índice de pobreza pode ocorrer quando há combinação dos efeitos crescimento e desigualdade (distribuição). Sendo assim, um aumento na renda que seja acompanhado por uma diminuição na desigualdade favorece a população mais pobre, ou seja, uma queda na taxa de pobreza. Isto pode ocorrer tanto por via do crescimento da renda do mais pobre, ou como a queda da desigualdade de renda.

Ravallion (2004) afirma que uma determinada taxa de crescimento para um país com baixa taxa de desigualdade reduzirá a pobreza à taxas maiores do que em países com uma alta taxa de desigualdade. Destarte, políticas para a diminuição da pobreza que favoreçam o crescimento econômico são mais importantes em países cuja desigualdade da renda seja baixa.

Conforme dados do IBGE (2008), a taxa de pobreza da região Nordeste é de 50,15%, o que representa mais que o dobro do País que é de 20,26%. Os indicadores sociais são mais preocupantes na zona rural nordestina, consequência da posse desigual da terra, das políticas públicas limitadas, do sistema de exploração pouco produtivo, da instabilidade nas relações de trabalho e das condições climáticas específicas, muitas vezes, desfavoráveis.

As políticas de combate à pobreza, até então formuladas, não levaram em conta que o Estado do Ceará reúne todas as condições para manter o problema, como o baixo nível de desempenho econômico, desigualdade de riqueza e renda e onde cerca de 30% da população é pobre, ou seja, tem renda menor do que meio salário mínimo (HOLANDA, 2006).

1.1. Indicadores Sócio-Econômicos das Microrregiões Cearenses

Ao analisar o desempenho do crescimento econômico em nível municipal, torna-se pertinente um conhecimento prévio das condições socioeconômicas das microrregiões a que pertencem tais municípios.

Assim sendo, essa seção se dedica a apresentar um breve perfil populacional, econômico e social de trinta e duas microrregiões do Ceará.

A microrregião de Ibiapaba está dividida em oito municípios, sendo eles: Carnaubal, Croatá, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, São Benedito, Tianguá, Ubajara e Viçosa do Ceará, tem esse nome derivado da Serra de Ibiapaba, localizada nessa região.

O município mais populoso e que possui o maior PIB é Tianguá, seguido por São Benedito e Viçosa. De acordo com os dados levantados, pode-se perceber que houve um aumento tanto do número de habitantes em cada município como também um aumento de seus respectivos PIB's ao longo dos anos, portanto houve um crescimento. Porém, em relação à população extremamente pobre (com rendimento domiciliar *per capita* mensal de até R\$ 70,00), o maior município dessa microrregião possui 12.410 habitantes enquadrados nessa categoria (18% da população), portanto, um índice bastante alto de pobreza, segundo dados do (IPECE, 2014).

Na microrregião de Coreaú, composta pelos municípios Coreaú, Frecheirinha, Moraújo e Uruoca, a cidade de Coreaú ocupou a posição 142 no ranking do IDM (Índice de Desenvolvimento Municipal) e a população extremamente pobre do município corresponde a 7.751 habitantes (35,31% do total), um percentual bastante elevado de pobreza.

Diferente de Coreaú, a microrregião de Cascavel é composta por três municípios: Beberibe, Cascavel e Pindoretama. Com o maior PIB (R\$ 484.910), pertencente ao município de Cascavel a cidade possui apenas 10.596 pessoas que se enquadram nas estatísticas da população economicamente pobre (apenas 16,02%), ocupando a posição 26 no ranking do IDM, isso representa uma boa situação para o município (IPECE, 2014).

De acordo com dados de 2012, a cidade de Ipu, sede da microrregião de Ipu, possui um PIB de R\$ 206.252.

Compreendida pelas cidades de Ipu, Ipueiras, Poranga, Pires Ferreira, Varjota e Reriutaba, a microrregião de Ipu tem 24,29% da população considerada extremamente pobre, o que corresponde a mais de 9 mil pessoas, sendo a maioria residente na zona rural.

Já o município de Santa Quitéria, pertencente a microrregião de Santa Quitéria (dividida em três **municípios**: Catunda, Hidrolândia e Santa Quitéria)., apesar de o município ocupar a posição 107 no ranking do IDM, possui 33,91% da população em estado de extrema pobreza, o que representa um total de 14.5013 habitantes. Esses são dados bastante alarmantes, já que, apesar do crescimento, há também um percentual grande de pobreza, superior a 30% da população.

Semelhante, se encontra o município de Itapipoca, com 28,86% da população em estado de extrema pobreza, concentrando-se a maioria na zona rural. O município de Itapipoca, ocupando a singela posição número 40 no *ranking* do IDM, pertence a microrregião de Itapipoca, compreendida por três municípios, sendo eles, Amontada, Itapipoca e Trairi.

Com a magnífica posição número 7 no *ranking* de IDM e com apenas 7.691 habitantes em estado de extrema pobreza (17,52%), a cidade de São Gonçalo do Amarante é a sede do Terminal Portuário do Pecém, um dos maiores portos do Brasil. Pertence a microrregião do Baixo Curu, compreendida pelos municípios Paracuru, Paraipaba e São Gonçalo do Amarante.

Ao contrário das outras microrregiões já analisadas anteriormente, na microrregião de Uruburetama, o município de Itapajé ocupa a posição 63 no ranking do IDM, com 25,63% da população em estado de extrema pobreza em que a maioria dessa população extremamente pobre vive na zona urbana. Assim como Pentecostes, pertencente a microrregião do Médio Curu, ocupa a posição 82 no ranking de IDM, com 26,41% de sua população em situação de extrema pobreza (IPECE, 2014). Pentecostes possui uma economia baseada na indústria de transformação e um PIB que quase triplicou em uma comparação de dados de 2007 e 2012. Da mesma forma, Canindé com 30% de sua população (22.759 habitantes) está em estado de extrema pobreza e o município ocupa a posição 85 no ranking de IDM, o que não representa um bom resultado.

Com uma área total de 2.695,985 km², um PIB de R\$ 331.813.006,00 e uma população de 184.010 habitantes (IBGE,2005), esta microrregião está dividida em onze municípios: Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Baturité, Capistrano,

Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Pacoti, Palmácia e Redenção. O município em maior área é Aracoiaba (656,6 km²), mas em população o maior município é Baturité (34.735 habitantes).

Na microrregião de Baturité, seu município em destaque ocupa a posição 46 no ranking do IDM, com 19,89% da população em estado de extrema pobreza, mas vale ressaltar que a maioria dela vive em zona urbana, diferentemente de outros municípios e microrregiões estudadas.

O município de Sobral é a sede da microrregião com o mesmo, o 2º mais populoso do interior. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (2014), a macrorregião Sobral/Ibiapaba, da qual a microrregião de Sobral faz parte, aponta que houve um aumento significativo do número de empregos formais nos setores de serviços e do comércio, enquanto que nos de agropecuária, indústria e construção houve uma diminuição, isso durante o período de 2007 a 2013.

Na década de 2000, dentre as capitais do Nordeste, Fortaleza possuía o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB), sendo superada apenas por Salvador. Estimava-se que, em 2011, Fortaleza teria o maior PIB da região, de acordo com o aumento nominal que vinha ocorrendo nos últimos anos, maior que o da capital baiana. Porém, isso aconteceu em 2010, quando a capital cearense cresceu mais de 5 bilhões, alcançando o PIB de 37,1 bilhões, superando expectativas.

Em 2012, o PIB de Fortaleza alcançou o valor de aproximadamente quarenta e três bilhões de reais, consolidando o município como o mais rico da região Nordeste, o décimo do país e oitavo entre as capitais. No mesmo ano, o valor de impostos sobre produtos líquidos de subsídios a preços correntes era de aproximadamente sete bilhões de reais e o PIB *per capita* do município, de dezessete bilhões. A pujante economia da metrópole é refletida no poder de compra, o oitavo maior do país, com potencial de consumo estimado de 42 bilhões em 2014.

A riqueza da capital deve-se em boa parte às atividades provenientes de toda a região metropolitana, cuja economia é a terceira mais forte das regiões Norte e Nordeste e cuja população é de quase quatro milhões de habitantes, distribuídos entre vários municípios da região metropolitana.

Ao analisar as características geográficas das microrregiões do Estado do Ceará, como também verificar os níveis de evolução dos indicadores socioeconômicos de alguns municípios, algumas constatações devem ser ponderadas.

Comparando as microrregiões cearenses analisadas, percebe-se que em boa parte dessas microrregiões houve um aumento significativo das receitas municipais a partir do ano de 2007, assim como das despesas municipais. Nota-se também que há divergências ao comparar algumas microrregiões quando se observa o percentual da população que vive em estado de extrema pobreza.

Em apenas três dessas microrregiões a população extremamente pobre reside em zona urbana, nos municípios de Itapajé, Baturité e Camocim. Enquanto nos municípios de Tianguá, Coreaú, Cascavel, Meruoca, Ipú, Santa Quitéria, Itapipoca, São Gonçalo do Amarante, Pentecostes, Canindé, Ocara, Sobral, Fortaleza e Acaraú a população extremamente pobre reside na zona rural.

Pode-se perceber também que há alguns municípios que ocupam uma excelente posição no *ranking* de desenvolvimento municipal, tais como São Gonçalo do Amarante, Fortaleza e Sobral, mas existem também municípios que ocupam as piores colocações neste *ranking*, são eles: Ocara, Coreaú e Santa Quitéria.

Os indicadores mostram que, em média, houve uma significativa evolução no crescimento no PIB nas regiões analisadas, como também se verificou uma redução na população extremamente pobre.

Em suma, verifica-se que a população extremamente pobre está concentrada na zona rural das microrregiões sendo os municípios que maior índice percentual de extrema pobreza são Acopiara, Pereiro e Tauá e na zona urbana os que mais se destacaram foram Juazeiro, Campos Sales e Jaguaribe. Em apenas três dessas microrregiões a população extremamente pobre reside em zona urbana, nos municípios de Itapajé, Baturité e Camocim. Enquanto nos municípios de Tianguá, Coreaú, Cascavel, Meruoca, Ipú, Santa Quitéria, Itapipoca, São Gonçalo do Amarante, Pentecostes, Canindé, Ocara, Sobral, Fortaleza e Acaraú a população extremamente pobre reside na zona rural.

Podemos perceber também que há alguns municípios que ocupam uma excelente posição no *ranking* de desenvolvimento municipal, tais como São Gonçalo do Amarante, Fortaleza e Sobral. Mas existem também municípios que ocupam as piores colocações neste *ranking*, são eles: Ocara, Coreaú e Santa Quitéria.

2. Metodologia da Curva de Crescimento-Pobreza

A curva de crescimento-pobreza (*poverty growth curve* – PGC, em inglês) de Son (2004) é baseada na curva de Lorenz de forma generalizada e utiliza o conceito relativo de crescimento “pró-pobre” de Kakwani e Pernia (2000). A origem da curva tem início com o teorema de Atkinson (1987), que associa mudanças na curva de Lorenz generalizada à variação de um índice de pobreza. Se a curva de Lorenz for representada por uma reta positivamente inclinada, a região em análise apresenta perfeita igualdade de renda. Por outro lado, se a curva se desloca para a esquerda (direita), tem-se redução (aumento) de pobreza e o crescimento é classificado como pró-pobre (não pró-pobre).

A descrição da metodologia de Son (2004) é dada a partir da equação (1).

A descrição da metodologia de Son (2004) é dada a partir da equação (1).

$$L(p) = \frac{1}{\mu} \int_0^x yf(y)dy \quad (1)$$

Em que:

$$p = \int_0^x f(y)dy \quad (2)$$

em que, $L(p)$ é a curva de Lorenz e descreve a participação na renda da população situada entre os $p\%$. A média da renda da população é dada por μ e a renda pessoal assume o valor y com probabilidade da função densidade $f(y)$. Deste modo, $\mu L(p)$ representa a curva de Lorenz generalizada.

Variações na curva de Lorenz indicam que a desigualdade modifica-se com o crescimento econômico. Quando a curva de Lorenz se aproxima da curva de perfeita igualdade, isto é, se esta curva se desloca para a esquerda (cima), o crescimento é pró-pobre com $\Delta L(p) \geq 0$ para todo p . Isso ocorre quando a nova distribuição é dominante sobre a distribuição anterior, tendo assim, a dominância de segunda ordem ou a chamada “curva de segunda ordem dominante”.

A equação abaixo é extraída da curva de Lorenz.

$$L(p) = \frac{\mu_p p}{\mu} \quad (3)$$

apresentando a participação na renda dos $p\%$ mais pobres, quando os indivíduos são ordenados em ordem crescente de renda, em que μ_p é a renda média de $p = 10, 20, \dots, 100$ da população. Efetuando-se o logaritmo de ambos os lados da equação (3), obtém-se:

$$\text{Ln}(\mu_p) = \text{Ln}(\mu L(p)) - \text{Ln}(p) \quad (4)$$

Ao aplicar a primeira diferença na equação (4), chega-se em:

$$g(p) = \Delta \text{Ln}(\mu L(p)) \quad (5)$$

$$\text{e } g(p) = \Delta \text{Ln}(\mu_p) \quad (5.1)$$

Podendo ser reescrita da seguinte forma:

$$g(p) = g + \Delta \text{Ln}(L(p)),$$

$$\text{sendo } g = \Delta \text{Ln}(\mu) \quad (6)$$

em que g representa a taxa de crescimento da renda média da sociedade e $g(p)$, por sua vez, mede a taxa de crescimento da renda média até o decil p .

A partir dessa metodologia, o crescimento econômico poderá resultar em quatro possíveis cenários para a pobreza.

- 1) Pró-pobre $g(p) > g$ para todo $p > 100$: cenário em que há uma redução da pobreza entre os períodos, pois a curva de Lorenz, como um todo, se desloca para a esquerda ($L(p) > 0$ para todo p).
- 2) Não pró-pobre (ou pró-rico) $0 < g(p) < g$ para todo $p < 100$: o crescimento econômico induziu a uma queda na pobreza, porém com um aumento da concentração de renda ($L(p) < 0$ para todo p). Esse é o caso do crescimento *trickle-down*, ou seja, apesar de contribuir para reduzir a pobreza, a renda dos ricos cresce em uma proporção maior que a renda dos pobres.
- 3) Empobrecedor: se $g(p) < g$ para todo $p > 100$ e se $g > 0$ (ou $g(p) < 0$ para todo $p < 100$ e $g > 0$), então há um crescimento empobrecedor, pois o crescimento econômico positivo aumenta a pobreza devido à queda na renda dos p mais pobres ($g(p) < 0$), apesar do crescimento da renda média ($g > 0$).
- 4) Inconclusivo: casos omissos.

3. Resultados da Estimação da Curva de Crescimento-Pobreza

Os anexos 2 e 3 apresentam a estimativa da curva de crescimento-pobreza dos municípios cearenses para área urbana, no anexo 2, e para a área rural, no anexo 3. As quatro primeiras colunas das tabelas são referentes a taxa de crescimento da renda média da população até o percentil p . Na primeira coluna das referidas tabelas apresentam-se valores da taxa de crescimento, estimada, da renda média dos primeiros 20% mais pobres da população. Na coluna seguinte, estão os valores da taxa de crescimento da renda média dos 20% mais pobres da população acrescido dos 20% seguintes. Na última coluna encontra-se a taxa de crescimento de toda a população, isto é, $g(p) = g$.

Conforme ressaltado na Seção 2, de acordo com Son (2004), se a taxa de crescimento da renda média para todos os percentis da população for maior que a taxa de crescimento da renda média para a totalidade da população, esse crescimento será pró-pobre, o que significa um crescimento econômico com redução da pobreza concomitante a uma queda na desigualdade, pois a curva de Lorenz como um todo se aproximou da reta de perfeita igualdade.

Todos os municípios do estado do Ceará foram avaliados, um total de 183 cidades cearenses, desagregados em áreas urbana e rural. Para a área urbana, foram encontrados valores caracterizando crescimento pró-pobre para 107 municípios. Ou seja, quase 59% dos municípios dessa área, obtiveram um resultado favorável de crescimento com melhora na desigualdade de renda. Do restante dos municípios cearenses na área urbana, 23 resultaram num crescimento não pró-pobre e 53 tiveram resultados inconclusivos.

Na área rural dos municípios cearenses, pouco menos da metade, 47% dos resultados, foram inconclusivos. Enquanto 51 cidades, quase 28% de todos os municípios com dados rurais, apresentaram crescimento pró-pobre e 53 municípios alcançaram resultados de crescimento não pró-pobre. Nota-se, portanto, que na área urbana houve um crescimento pró-pobre maior do que na área rural dos municípios cearenses.

A mesorregião de Fortaleza apresentou a maior incidência de crescimento pró-pobre dentre todas as mesorregiões cearenses. Pouco mais de 80% dos municípios da mesorregião de Fortaleza tiveram crescimento pró-pobre na área urbana e 63% na área rural.

Em outra direção, ao considerar estritamente a área rural, percebe-se que há, dentre todas as mesorregiões, uma maior ocorrência de crescimento não pró-pobre nos municípios da mesorregião "Centro-Sul". Os municípios que resultaram num crescimento não pró-pobre dentro da mesorregião Centro-Sul foram: Ipaumirim, Lavras da Mangabeira, Cariús, Jucás e Tarrafas.

Em alguns municípios, houve evidência de crescimento não pró-pobre tanto na área rural quanto na área urbana, foram eles: Potengi, Novo Oriente, Choró, Horizonte, Capistrano, Rerituba, Catunda, Barroquinha, Irauçuba, Miraíma e Lavras da Mangabeira, com um total de quase 6% dos municípios cearenses. Por outro lado, 33 municípios tiveram o crescimento pró-pobre para as duas áreas, rural e urbana, ou seja, quase 18% dos municípios cearenses.

É importante observar que nenhum município cearense teve resultado de crescimento empobrecedor, já que os valores para a Curva de crescimento-pobreza se mantiveram sempre positivos. Enquanto houve um crescimento pró-pobre para quase 59% dos municípios cearenses da área urbana, esse valor foi menos da metade a área rural dos municípios, isto é, quase 28% dos municípios dessa área.

O Quadro a seguir apresenta o resumo da incidência de crescimento pró-pobre nos municípios cearenses, desagregados em áreas urbanas e rurais.

Quadro 1

Incidência de Crescimento Pró-pobre, Não Pró-pobre e Inconclusivo para as Áreas Urbanas e Rurais das Microrregiões Cearenses Agregadas por Mesorregião

	Pró-pobre	Não pró-pobre	Inconclusivo

Sul	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Barro	2	0	0	1	1	2
Brejo Santo	5	3	0	1	0	1
Cariri	6	2	0	2	2	4
Caririaçu	2	2	0	1	2	1
Chapada do Araripe	2	0	1	1	1	3
Sertões Cearenses						
Sertão de Crateús	5	1	1	1	3	7
Sertão de Inhamuns	4	0	1	2	1	4
Sertão de Quixeramobim	3	0	2	3	2	4
Sertão de Senador Pompeu	5	1	0	3	3	4
Jaguaribe						
Baixo Jaguaribe	9	5	0	1	1	4
Litoral de Aracati	2	3	0	0	2	1
Médio Jaguaribe	2	0	1	0	0	3
Serra do Pereiro	3	0	0	0	1	4
Fortaleza						
Fortaleza	8	7	1	0	0	2
Pacajus	1	0	1	1	0	1
Norte						
Baixo Curu	2	0	0	1	1	2
Baturité	7	3	3	2	1	6
Canindé	0	1	1	2	3	1
Chorozinho	1	1	0	1	2	1
Itapipoca	1	0	0	0	2	3
Médio Curu	2	3	0	0	3	2
Cascavel	2	1	0	0	1	2
Uruburetama	1	0	1	2	2	2
Noroeste Cearense						
Coreaú	2	1	0	2	2	1

Ibiapaba	6	4	1	0	1	4
Ipu	4	4	1	2	1	0
Santa Quitéria	1	1	1	2	1	0
Meruoca	2	0	0	0	0	2
Litoral de Camocim/Acaraú	5	3	3	5	4	4
Sobral	6	4	2	4	4	4
Centro Sul						
Iguatu	2	1	0	0	3	4
Lavras da Mangabeira	1	1	2	2	1	1
Várzea Alegre	3	0	0	3	2	2

Fonte: Construída pelos autores a partir de dados dos Censos de 2000 e 2010.

Os resultados obtidos nessa seção induzem a constatação de que a capacidade do crescimento econômico do Ceará em promover a redução da pobreza em seus municípios dentro da área urbana está seguindo um modelo de crescimento com redução de desigualdade de renda, apesar de ainda conter 12,5% dos municípios na área urbana com crescimento não pró-pobre e 29% dos resultados inconclusivos para essa área. Portanto, é possível constatar um crescimento com uma tendência a concentração de renda. Dada a baixa ocorrência de crescimento pró-pobre para essa região.

4. Considerações Finais

Este artigo analisou se o crescimento econômico no estado do Ceará, desagregado em nível municipal, tem sido pró-pobre em suas áreas urbana e rural. Ou seja, se a renda dos pobres, tem apresentado uma elevação superior ao verificado pela renda dos não pobres, induzindo, assim, uma redução na desigualdade de renda. Nesse sentido, com base nos dados do Censo dos anos de 2000 e 2010, foram construídas as curvas de crescimento-pobreza, propostas por Son (2004).

Dentre os resultados obtidos constatou-se que 108 dos 184 municípios analisados apresentam crescimento pró-pobre para a área urbana e apenas 52 municípios do total analisado possuem um crescimento em favor dos pobres para a área rural. Esses resultados sugerem que o crescimento econômico é mais eficiente no combate à pobreza no meio urbano que no meio rural do estado.

Diante desses resultados, surge o questionamento sobre quais modelos de crescimento resultam em benefícios para os pobres e qual a natureza do crescimento pró-pobre. E através desses resultados adotar políticas que convertam crescimento econômico em redução da pobreza tais como: gastos públicos focalizados e adequados com educação básica, saúde e serviços de planejamento familiar. Principalmente nos meios rurais.

Referências bibliográficas

- ATKINSON, A. B. (1987). On the measurement of poverty. **Econometrica**, v. 55, n. 4, p. 49-64.
- BARRETO, F. A. F. D. (2005). **Crescimento econômico, pobreza e desigualdade**: o que sabemos sobre eles? Fortaleza: UFC. (Série Ensaio Sobre Pobreza, n. 1).
- HOLANDA, M. (2006). Fundo Estadual de Combate à Pobreza: fundamentos e resultados. Fortaleza: IPECE.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2013). **Censo demográfico 2000**: resultados gerais da amostra. (Microdados). Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.]a. Disponível em: <<http://goo.gl/rtyn5A>>. Acesso em: 12 jul.
- KAKWANI, N.; KHANDKER, S.; SON, H. H. (2004). **Pro-poor growth**: concepts and measurement with country case studies. Brasília: International Poverty Center/UNDP. Disponível em: <<http://goo.gl/l9lpRV>>. (Working Paper, n. 1).
- KAKWANI, N.; PERNIA, E. M. (2000). What is pro-poor growth? **Asian Development Review**, v. 18, n. 1.
- KUZNETS, S. (1955). Economic growth and income inequality. **The American economic review**, v. 45, n. 1, p. 1-28.
- NASSER, B. (2000). Economia regional, desigualdade regional no Brasil e o estudo dos eixos nacionais de integração e desenvolvimento. **Revista do BNDES, Rio de Janeiro**, v. 7, n. 14.
- RAVALLION, M. (2004). Pro-poor growth: a primer.
- RAVALLION, M.; CHEN, S. (2003). **Measuring pro-poor growth**. Washington: World Bank Policy Research. (Working Paper, n. 2666).
- RIBEIRO, L. L.; FEITOSA, D. G.; ARAÚJO, J. A. (2015). Os Efeitos do Crescimento Econômico na Pobreza do Ceará: uma

Apêndice

Tabela 1

Estimativa da Curva de Crescimento-Pobreza dos municípios cearenses para as áreas urbana e rural

Município	Área urbana					Área rural				
	20%	40%	60%	80%	G*	20%	40%	60%	80%	G*
Abaiara	0.8303	0.9026	0.8792	0.8979	0.6984	11.192	12.443	11.729	10.815	0.8469
Acarape	13.639	12.368	11.307	10.101	0.8438	13.501	12.650	12.285	11.641	11.116
Acaraú	0.7419	0.8535	0.8371	0.8652	0.7501	0.9821	0.9410	0.9909	10.182	10.088
Acopiara	0.9761	0.9836	0.9934	0.9890	0.7286	0.8392	0.7176	0.8876	10.172	10.384
Aiuaba	0.7419	0.8535	0.8371	0.8652	0.7501	12.079	11.546	12.536	12.581	12.720
Alcântaras	0.9761	0.9836	0.9934	0.9890	0.7286	10.023	12.127	12.464	11.527	10.411
Altaneira	10.238	10.989	10.609	10.364	0.8155	11.139	0.7817	0.8867	11.614	13.055
Alto Santo	15.423	11.967	10.450	0.9787	0.8704	0.4722	0.6920	0.7547	0.7706	0.4142
Amontada	0.7539	0.9205	0.9135	0.8636	0.8196	0.4297	0.4618	0.6200	0.6923	0.5311
Antonina do Norte	10.930	10.812	10.675	10.595	0.8498	10.916	0.9428	10.424	10.323	10.188
Apuiarés	0.8991	10.415	10.789	10.385	10.273	16.369	11.752	10.775	10.806	10.940
Aquiraz	11.602	11.256	11.112	10.697	0.8542	10.668	11.422	11.343	10.258	0.8426
Aracati	0.8394	0.8801	0.9038	0.8729	0.8798	0.8336	0.9981	10.236	10.240	10.106
Aracoiaba	11.232	11.982	11.756	11.440	0.9475	0.9219	10.692	11.787	12.323	13.164
Ararendá	0.9930	0.8180	0.8807	0.8779	0.7617	11.833	0.7793	0.8222	0.8768	0.9445
Araripe	0.7511	0.7979	0.9474	10.109	0.8038	0.8028	0.6705	0.9512	10.922	0.9459
Aratuba	0.7817	0.9472	10.302	10.182	0.6079	0.9200	11.476	12.584	13.000	11.836
Arneiroz	10.692	10.556	11.169	11.182	0.9696	11.708	11.749	12.440	12.022	13.063
Assaré	14.405	14.941	14.128	13.714	13.078	10.982	11.566	14.282	14.656	13.637
Aurora	11.079	11.648	11.938	11.310	11.344	11.344	0.9838	10.055	10.627	11.064
Baixio	12.536	12.506	12.821	12.651	11.594	12.966	15.096	15.644	15.426	13.998
Banabuiú	0.9184	0.9326	0.9062	0.8609	0.7165	0.5184	0.5301	0.7681	0.9164	0.9089
Barbalha	13.712	13.303	12.570	11.760	0.9514	13.565	13.316	12.739	12.371	0.9787
Barreira	0.5773	0.7963	0.8485	0.8366	0.7505	0.9031	10.650	11.059	11.205	0.8279
Barro	11.696	11.113	10.926	10.195	0.8431	0.3992	0.4576	0.7314	0.7978	0.8065
Barroquinha	0.8338	0.9223	0.9920	10.272	10.330	0.7430	0.7294	0.9351	10.683	12.267
Baturité	10.132	10.477	10.492	0.9878	0.7285	10.732	11.099	11.414	11.304	10.836
Beberibe	0.9030	10.647	11.101	11.330	10.862	0.7944	0.9820	10.603	10.912	0.9891
Bela Cruz	12.148	11.628	10.893	10.857	11.072	0.5983	0.5732	0.7135	0.8324	0.9942
Boa Viagem	0.4063	0.6945	0.7954	0.8296	0.7168	10.923	0.8261	0.9462	10.453	10.352
Brejo Santo	10.797	10.762	10.374	0.9414	0.8354	12.857	13.089	13.012	12.431	0.9382
Camocim	10.077	10.001	10.133	10.120	0.7825	10.563	10.866	11.915	12.178	10.647
Campos Sales	0.7960	0.8560	0.9250	0.9899	0.6519	0.8130	0.8780	0.9752	10.358	10.307
Canindé	0.8277	0.9336	0.9252	0.9220	0.9061	0.9634	0.8297	10.300	11.506	12.130
Capistrano	0.1497	0.4762	0.6851	0.8392	10.053	0.5041	0.5809	0.6973	0.7723	0.8490
Caridade	0.7750	0.9104	0.9576	0.9891	10.145	0.7159	0.7712	0.9442	0.9827	0.6370
Cariré	0.9269	10.926	11.219	11.120	0.8902	14.021	11.869	11.433	10.979	10.326
Caririçu	12.758	12.206	12.028	11.374	10.329	15.230	15.655	14.759	13.197	11.259
Cariús	0.7060	0.9361	0.9674	10.143	0.9786	0.5536	0.4639	0.7533	0.9150	0.9892
Carnaubal	0.8896	10.114	10.154	10.137	0.8238	12.158	12.208	12.058	11.205	0.9597
Cascavel	10.125	10.677	10.588	10.186	0.6856	0.8356	11.114	11.318	10.854	10.940

Poranga	10.735	10.098	10.268	10.090	0.8694	12.010	0.8570	0.9687	10.535	0.7698
Porteiras	0.5959	0.7338	0.7412	0.7742	0.6512	0.9823	0.9903	0.9925	0.9378	0.7764
Potengi	0.4978	0.7129	0.7501	0.8070	0.8434	0.2389	0.0972	0.3754	0.6101	0.6448
Potiretama	11.020	0.9990	0.9793	0.8655	0.6371	0.6164	0.8290	0.9512	10.203	0.9872
Quiterianópolis	13.788	13.414	13.218	12.239	11.946	0.7855	0.5379	0.6539	0.7225	0.7107
Quixadá	10.789	10.799	10.250	0.9780	0.9024	0.7780	0.7814	0.8384	0.8531	0.7966
Quixelô	0.9659	10.533	11.158	11.633	0.9324	0.9834	0.9128	0.9888	10.237	0.9514
Quixeramobim	10.374	10.891	10.705	10.522	10.294	0.7815	0.8791	0.9498	0.9934	10.401
Quixeré	0.9275	10.701	11.050	10.718	0.9159	13.905	13.275	12.693	12.505	11.838
Redenção	11.828	11.432	11.253	10.847	0.9580	0.9707	0.8691	0.9460	10.613	10.582
Reriutaba	0.7979	0.8704	0.8871	0.9291	10.471	0.7164	0.6383	0.8048	0.9341	10.621
Russas	10.752	10.892	10.518	0.9997	0.9447	12.027	12.404	12.477	12.303	11.380
Saboeiro	11.696	12.042	13.025	12.637	10.573	13.400	10.007	11.263	12.060	10.558
Salitre	12.288	12.716	13.342	12.953	12.509	0.7375	0.7317	0.8668	0.9567	0.8565
Santana do Acaraú	0.7537	0.8857	0.8772	0.8491	0.7665	10.219	0.6850	0.6486	0.7330	0.7868
Santana do Cariri	10.835	10.591	10.170	10.202	0.9610	0.8423	0.6582	0.7042	0.7638	0.9383
Santa Quitéria	0.8284	0.9721	0.9609	0.9587	0.7009	0.8248	0.6117	0.6820	0.7839	0.9225
São Benedito	11.070	10.350	0.9981	0.9745	0.6517	14.995	13.871	13.528	13.416	13.227
São Gonçalo do Amarante	0.9954	10.794	10.571	10.633	0.9340	0.8647	12.398	13.233	13.263	13.846
São João do Jaguaribe	0.9255	0.9859	0.9780	0.9700	0.8052	10.035	10.684	11.092	11.311	10.839
São Luís do Curu	0.9442	10.028	0.9937	0.9736	0.7129	0.7910	0.7287	0.8335	0.8966	0.5859
Senador Pompeu	0.8595	0.9616	0.9673	0.9494	0.7041	0.9809	0.9792	10.836	10.907	10.999
Senador Sá	14.062	12.492	12.550	11.755	11.863	16.610	14.352	13.792	12.573	11.736
Sobral	10.591	10.513	10.454	0.9924	0.8870	0.7211	0.9035	10.446	10.650	0.9951
Solonópole	0.8837	10.411	10.716	10.466	10.218	0.6771	0.7870	0.9692	10.427	10.206
Tabuleiro do Norte	11.569	11.833	11.491	10.822	0.9665	0.5009	0.7716	0.8754	0.9075	0.7891
Tamboril	10.075	10.313	10.654	10.498	0.9660	0.9478	0.7776	0.9333	0.9754	0.9419
Tarrafas	0.8429	11.791	12.391	10.570	10.875	0.4720	0.4274	0.7107	0.9447	0.9545
Tauá	0.9709	10.022	0.9830	0.9628	0.8094	0.8049	0.9470	10.498	11.089	10.920
Tejuçuoca	12.393	12.832	13.057	12.715	11.760	12.085	0.9346	0.9717	0.9716	0.6244
Tianguá	11.993	12.056	11.573	11.248	13.859	14.034	14.033	13.355	12.626	10.264
Trairi	12.082	12.564	12.422	11.611	10.284	0.9821	0.9432	10.358	10.449	0.9728
Tururu	0.6763	0.9931	11.646	11.667	10.845	0.4971	0.5582	0.7692	0.9154	0.9414
Ubajara	11.690	11.136	10.532	10.451	0.8896	0.7511	0.9148	0.9842	10.619	0.9809
Umari	0.7235	0.9242	0.9245	0.9323	0.9827	0.7920	0.6999	0.8688	0.9570	0.6887
Umirim	0.6484	0.9106	0.9881	0.9736	0.9332	0.8286	0.9485	10.451	11.060	11.020
Uruburetama	0.8218	10.000	10.031	0.9828	10.116	0.7845	0.9758	0.9920	10.230	0.9347
Uruoca	0.6073	0.9071	10.122	10.377	0.9101	16.083	11.970	11.752	11.250	11.343
Varjota	11.316	11.199	10.919	10.412	0.9541	13.759	11.763	10.986	10.786	10.182
Várzea Alegre	0.9725	0.9310	0.9649	0.9703	0.8770	12.669	0.9934	10.925	11.848	12.402
Viçosa do Ceará	0.9589	11.212	11.387	10.637	10.023	10.225	10.377	11.208	11.709	11.412

Fonte: Construída a partir de dados dos Censos de 2000 e 2010. *100%=G.

1. Pós-Doutora em Economia pelo Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará. Professora Adjunta nos Cursos de Economia e Finanças da Faculdade de Economia, Administração e Contábeis da Universidade Federal do Ceará. Pesquisadora do Laboratório de Estudos Regionais da UFC. Email: liadiniz-21@hotmail.com

2. Doutora em Economia pelo Centro de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Ceará. Professora Adjunta nos Cursos de Economia e Finanças da Faculdade de Economia, Administração e Contábeis da Universidade Federal do Ceará. E-mail: thaisa.badagnam@gmail.com

3. Doutor em Economia pelo Centro de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Ceará. Professor Adjunto no Departamento de Economia Agrícola da Faculdade Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará. E-mail: jarajoice@gmail.com

